

Na Argentina, muito ceticismo

A Argentina enviou na quarta-feira uma nova Carta de Intenção ao Fundo Monetário Internacional, devidamente acompanhada do Memorando Técnico de Entendimento que discrimina as principais metas e critérios de desempenho acordados. E as primeiras reações despertadas revelam grande ceticismo quanto ao cumprimento do acordo, que estipula uma inflação de 4% ao mês até o final do ano (contra 14% previstos para fevereiro), uma redução do déficit público de 7,1% do PIB para 2,7%, um menor déficit global do balanço de pagamentos (US\$ 2,5 bilhões até dezembro) e uma previsão de crescimento econômico de 4% em 1988, contra 1,5% no ano passado.

De acordo com fontes do mercado financeiro argentino, o acordo dificilmente será cumprido, pois as metas são ambiciosas demais. "A Argentina está no caminho clássico da renegociação da dívida, discutindo juro, prazo, dinheiro novo, mas

ainda precisará buscar US\$ 2,5 bilhões junto aos bancos privados para fechar o balanço de pagamentos em 1988", comentou um banqueiro, cético quanto à obtenção desses recursos até o mês de dezembro. Ele considera que a situação do Brasil é menos delicada, pois os problemas políticos domésticos da Argentina ainda são graves. "No Brasil, não existe o mesmo tipo de dificuldades com os militares. Além disso, os Estados Unidos e alguns dos principais países europeus estão apoiando o governo. Os americanos, por exemplo, reiniciaram a ajuda militar e, recentemente, concederam sozinho um empréstimo-ponte inédito."

Esse banqueiro acrescentou que a Argentina não cumpre praticamente nenhuma Carta de Intenção, mas adota uma postura bem comportada perante o FMI. Quanto ao presidente Raúl Alfonsín, ainda dispõe de prestígio, principalmente no Exterior, o que ameniza as difi-

culdades de renegociação. De qualquer modo, o banqueiro julga que a economia está em situação "caótica" e que a nova Carta de Intenção não altera esse panorama. Haverá um aumento da carga fiscal, para reduzir o déficit público, que drenará cerca de US\$ 5,5 bilhões do setor privado, tornando delicada a meta de crescimento de 4% e a queda da inflação para 4% ao mês. Ela deverá ocorrer em meio a um programa de progressiva liberação dos controles de preços, enquanto a taxa de câmbio evoluirá de acordo com os preços domésticos.

Estão ainda previstas negociações com o Clube de Paris para reescalonar débitos em atraso de médio e longo prazo. O governo argentino dispõe-se a pagar outros atrasos externos, reduzindo-os para US\$ 1,3 bilhão até junho. No total, a dívida externa é de US\$ 54,3 bilhões, devendo crescer US\$ 700 milhões no primeiro semestre deste ano. (Olivier Udry)